**Ata da 6ª Sessão Plenária Extraordinária**

**DATA:** 8/11/2013 **HORÁRIO DE INÍCIO:** 9h

**LOCAL:** Sede do CAU/RS **HORÁRIO DE FIM:** 16h26

|  |  |
| --- | --- |
| **Diretoria** | |
| Presidente | Roberto Py Gomes da Silveira |
| Vice Presidente | Alberto Fedosow Cabral |
| **Conselheiros** | |
| **Titulares** | **Suplentes** |
| Alvino Jara |  |
| Carlos Alberto Sant'Ana |  |
| Carlos Eduardo Mesquita Pedone |  |
| Clarissa Monteiro Berny |  |
| Cláudio Fischer |  |
| Cristina Duarte Azevedo |  |
| Fausto Henrique Steffen |  |
|  | Nelson Rosa |
| Luiz Antônio Veríssimo |  |
| Marcelo Petrucci Maia |  |
| Maria Bernadete Sinhorelli de Oliveira |  |
|  | Geraldo Ozio |
| Núbia Margot Jardim |  |
|  | Ednezer Flores |
| Rosana Oppitz |  |
| Sérgio Zimmermann |  |
| Conselheira Federal | Gislaine Saibro |
| **Assessoria Técnica e Administrativa:** | |
| Assessora Técnica | Maríndia Girardello |
| Agente Fiscal | Aline Garcia Silva |
| Agente Fiscal | Antônio Cesar Cassol |
| Agente Fiscal | Rogério Dias de Oliveira |
| Secretária Gabinete da Presidência | Josiane Bernardi |
| Jornalista | Bruna Karpinski |
| Assessora Jurídica | Bruna Ancinello |
| Analista Administrativo | Alessandra Scalcon |
| Analista de Micro Informática | Valmor Bianchi |
| **Demais Participantes:** | |
| Presidente CAU/GO | John Mivaldo |
| Presidente CAU/PI | Sanderland Coelho Ribeiro |
| Agente Fiscal CAU/PR | Walter Gustavo Linz Mayer |
| Diretora Técnica CAU/SP | Márcia Mallet |
| Coordenadora de Planejamento CAU/SP | Debora Satyro |

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, reuniram-se na sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul, os conselheiros, funcionários e convidados acima citados. Esta ata foi redigida pela Secretária Executiva Josiane Bernardi, tendo como pauta os seguintes assuntos:

1. **Relatos da Presidência e Vice-Presidência;**

O Presidente inicia a reunião ressaltando a presença dos convidados Presidente John Mivaldo do CAU/GO, do Presidente Sanderland Coelho Ribeiro do CAU/PI, do Agente Fiscal Walter Gustavo Linz Mayer, do CAU/PR, da Diretora Técnica do CAU/SP Marcia Mallet e da Coordenadora de Planejamento do CAU/SP Debora Satyro.

O Presidente John comenta que faz parte do Grupo de Trabalho de Fiscalização, do fórum de presidentes de CAU e salienta que o fórum busca soluções e planejamento para a fiscalização. Entende que as ações da fiscalização devem ser planejadas, no sentido também de orientar e que o CAU/RS tem estado sempre à frente, na apresentação de novos projetos.

O Presidente Sanderland, do CAU/PI, agradece pela oportunidade e concorda com o Presidente John, que ainda estão aprendendo novas maneiras de exercer a fiscalização na prática.

O agente de fiscalização Walter relata que o CAU/PR possui polos de fiscalização em Pato Branco, Londrina, Cascavel e Maringá, que são as regiões onde se concentram maior número de arquitetos e urbanistas no Estado.

A Diretora Técnica Márcia Mallet e a Coordenadora de Planejamento Debora Satyro do CAU/SP agradecem o convite e salientam que em sua opinião, a fiscalização é de assunto de extrema importância para o Conselho.

A Conselheira Federal Gislaine Saibro entende que a Comissão de Exercício Profissional do CAU/RS apresentará um trabalho bastante consistente e que este tema deve ser debatido para que se tenha a coerência e o conhecimento necessário.

A Presidente da AAI Brasil/RS, Sílvia Barakat considera o tema importante e entende que na arquitetura de interiores a fiscalização efetiva ainda não ocorre em sua amplitude.

O Presidente Py relata que ele juntamente com o Presidente Sanderland, a Conselheira Marcia e a Conselheira Gislaine, trabalharam juntos na busca das diretrizes que fundamentam o Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

1. **Apresentação do Anteprojeto do Plano de Fiscalização do CAU/RS pela Comissão de Exercício Profissional juntamente com a equipe de fiscalização;**

O Conselheiro Pedone saúda a todos e comenta que desde o início de suas atividades, a CEP-CAU/RS buscou realizar um planejamento para a fiscalização e que este encontro tem como objetivo apresentar o trabalho realizado e ouvir sugestões para aprimorar o plano de fiscalização do CAU/RS.

O agente fiscal Rogério relata que serão apresentados conceitos e posteriormente as estratégias e planejamento. Inicia a apresentação de conceitos sobre a fiscalização, planejamento e ações concentradas, mencionando também quais as bases de referência utilizadas para basear as diretrizes de fiscalização.

A agente de fiscalização Aline informa que ocorrem, anualmente, cerca de 300 eventos no Estado, apresenta mapa de localização dos mesmos e salienta que foi realizada fiscalização em aproximadamente 50% deles.

O fiscal Cassol apresenta dados sobre a quantidade de shopping centers no Estado e sobre a fiscalização exercida nestes estabelecimentos.

Continuando na apresentação do trabalho, o fiscal Rogério faz apresentação das frentes de trabalho nos municípios e planos diretores dos mesmos.

O Agente Cassol apresenta dados parciais sobre a quantidade de arquitetos e urbanistas no Estado, salientando que das 497 Prefeituras Municipais do Rio Grande do Sul, 142 possuem arquitetos em seu quadro de funcionários. Salienta que cinco prefeituras da região metropolitana não possuem profissionais de arquitetura em seu corpo funcional e que na prefeitura de Porto Alegre, possui 149 arquitetos.

Ao final da apresentação do Anteprojeto da Fiscalização, o Presidente Py apresenta o Sr. Ulf Bogdawa, CEO da Sky Drones, empresa que fabrica e comercializa Vant (veículo aéreo não tripulado), equipamento utilizado nos mapeamentos.

O Sr. Ulf agradece o convite e a oportunidade de apresentar seu trabalho aos Conselheiros do CAU/RS. Esclarece que os Vant são ferramentas originárias da área militar e que os mesmo que vem sendo muito utilizados na realização de mapeamentos rápidos. Salienta que para voos urbanos, de interesse do CAU/RS, o veículo ideal é pequeno, pesando cerca de 500 gramas. Relata que a previsão é de que até a metade de dezembro, seja realizada uma audiência pública, com a finalidade de formular a legislação que permita a utilização destes aparelhos.

O Conselheiro Marcelo questiona se há uma especificação ou diferenciação quanto aos modelos na legislação para utilização em áreas urbanas e a altura máxima que poderá fazer sobrevoos.

O Ulf esclarece que para o uso em área urbana o equipamento deve ter no máximo 1 kg e que a limitação de voo é 150 metros, pois acima deste limite começa o espaço aéreo brasileiro.

O Presidente Sanderlan questiona onde estes vants podem sobrevoar e quanto às imagens, se há a possibilidade da fiscalização do Conselho ser feita com o auxilio destes equipamentos.

O Sr. Ulf comenta que, em seu entendimento, o operador do voo é responsável pelo equipamento, bem como das imagens captadas.

A Conselheira Marcia, do CAU/SP comenta que o Conselho contratou, para o próximo ano, 10 horas de voo com equipamentos semelhantes a estes apresentados, e questiona se pode ser realizado, mesmo sem legislação vigente. O Sr. Ulf esclarece que é ilegal, apesar de ser ofertado por diversas empresas.

A Conselheira Bernadete questiona a que distância deve ser feito o monitoramento. O Sr. Ulf esclarece que o operador pode ficar a uma distância de até 500 metros, apresenta dois equipamentos e realiza voo demonstrativo com uma das unidades.

Ao final da apresentação o Presidente Py abre espaço para sugestões e questionamentos.

O Presidente John questiona a equipe da fiscalização do CAU/RS, de que forma ocorrerá a distribuição de materiais informativos à população. A agente fiscal Aline informa que, atualmente, são enviados comunicados prévios, que visam informar que haverá uma visita técnica do CAU/RS. Em casos de denúncias, a equipe entra em contato e faz um levantamento da situação. Também são encaminhados folders apresentando o Conselho à população.

O Conselheiro Marcelo parabeniza o grupo pelo trabalho e questiona a posição do Conselho com relação às áreas de risco. A fiscal Aline relata que o CAU/RS está em contato com o Ministério Público e aguarda retorno na tentativa de firmar um termo de convênio, com o intuito de buscar maneiras de agir em cooperação.

O Presidente Py relata que foram realizadas quatro reuniões com o Ministério Público Estadual que, de acordo com o Promotor Cesar Faccioli, estaria iniciando um processo para averiguação das áreas de risco no Rio Grande do Sul, mapeando estas áreas e que a intenção do Conselho é de fazer uma parceria. Salienta que o processo é lento e que ainda aguarda retorno sobre este assunto.

A Conselheira Rosana esclarece que a pretensão deste seminário é apresentar o que já vem sendo desenvolvido, organizadamente como foi montado o plano de ação e que este é um processo dinâmico. Outras questões ainda irão ser incluídas, como a das áreas de risco.

Às 12 horas o Presidente Py encerra as atividades e pede que todos retornem às 14 horas, para dar continuidade aos trabalhos.

O Presidente reinicia os trabalhos as 14h10 e passa a palavra ao Conselheiro Marcelo.

O Conselheiro Marcelo pede esclarecimentos quanto aos RRTs recolhidos. A fiscal Aline esclarece que a maior parte dos RRTs é de arquitetura efêmera e alguns de arquitetura de interiores e tem se orientado os profissionais a realizarem o procedimento correto.

O Conselheiro Marcelo questiona como ocorrem as vistorias em shoppings e comenta que diversos estabelecimentos estão em manutenção, se estão fiscalizando também as áreas comuns.

A fiscal Aline informa que estas primeiras visitas serviram para apresentar o Conselho e que nas ocasiões foi possível verificar que as gerências dos shoppings preocupam-se em estar com todos os itens regulados.

O Conselheiro Veríssimo ressalta a importância deste trabalho e sugere acrescentar universidades nos locais a serem visitados.

A Conselheira Rosana comenta que este assunto já foi abordado nas reuniões da CEP-CAU/RS, porém definiram que esta decisão deve ser tomada juntamente com a Comissão de Ensino e Formação do CAU/RS. Quanto aos municípios que possuem menos de 20 mil habitantes, a Conselheira comenta que se pretende enviar um comunicado às prefeituras, sobre a importância de que haja um profissional da arquitetura e urbanismo no órgão municipal para o desenvolvimento do município.

A Conselheira Gislaine questiona sobre a forma como será tratada a questão dos RRTs dos professores e que tipo de ação poderia ser feita no sentido de que todos os órgãos públicos tenham arquitetos contratados. E entende que na medida em que é uma cidade pequena, deve ter a oportunidade de desenvolver-se com toda a estrutura que um profissional de arquitetura e urbanismo pode planejar.

A Conselheira Rosana esclarece que o entendimento é de que tudo deve ser realizado por meio de termos de cooperação e cada órgão se enquadra em um modelo próprio.

O Presidente Py comenta que atualmente o termo de convênio deve ser assinado pelo CAU/BR, CAU/UF e o órgão público em questão, porém a maior parte das prefeituras solicitam alterações nos referidos termos, alterando ou retirando itens. Salienta que já solicitou ao CAU/BR que tome um posicionamento para que possamos realizar outros convênios.

Quanto às universidades, o Presidente Py esclarece que há um decreto federal que determina que os professores sejam vinculados ao ministério da educação e não ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Entende que qualquer profissional da arquitetura e urbanismo deveria estar registrado no Conselho.

A Conselheira Núbia entende que os professores devem ser registrados, pois sem o registro no CAU, não possui atribuição de exercer a profissão de arquiteto e urbanista plenamente.

O agente fiscal Walter comenta que em média 60 a 70% dos Conselheiros do CAU/PR são docentes e que há uma pequena quantidade de professores no Estado que se recusam a fazer o registro no Conselho.

O Conselheiro Sant'Ana questiona quanto ao uso da fiscalização como um elemento educativo de orientação, considera que na prática não consegue fazer cumprir a resolução 51 do CAU/BR.

A Conselheira Rosana esclarece que os profissionais podem continuar atuando conforme atribuições anteriormente instituídas e que somente após resolução conjunta entre Crea/Confea.

O Conselheiro Ednezer entende que deve ser feita uma proposta de ação sobre a questão das universidades.

O Presidente sugere a CEP-CAU/RS transforme este plano em diretrizes da fiscalização para que, na próxima sessão plenária possa ser aprovado.

O Presidente John entende que o Conselho deve nortear suas ações pela fiscalização e que, em seu entendimento, é necessário que as ações estejam integradas, salienta que existe um vazio entre o exercício da profissão e os atos normativos.

A Conselheira Marcia parabeniza pelo trabalho e comenta que o CAU/SP tem realizado algo semelhante no que diz respeito à fiscalização, também pela similaridade com o Rio Grande do Sul, na distribuição de arquitetos e urbanistas no Estado, sendo que a metade dos profissionais concentra-se na capital. Parabeniza o CAU/RS pela aquisição da sede própria e agradece o convite recebido.

O Presidente Sanderland pede que a equipe da fiscalização encaminhe a apresentação do trabalho ao CAU/PI.

1. **Assuntos gerais.**

O Presidente informa que esteve na plenária do CAU/BR ontem e recebeu o Regimento Interno do CAU/RS com solicitações de alteração de pequenos detalhes. E salienta que o Grupo de Trabalho deverá ser convocado para uma reunião com a finalidade de analisar o documento recebido e tomar as devidas providências.

Comenta que o Presidente Haroldo informou que o CAU/RS é o primeiro Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil a ter uma sede própria e confirmou sua participação na plenária do dia 16/12, salienta que após a mesma, será realizada uma comemoração ao dia do arquiteto e urbanista.

O Presidente comenta que tem sido pensado e abordado sobre a possibilidade de se entregar uma carteira provisória aos arquitetos e urbanistas recém-formados. Apresenta sugestão de modelo de carteira provisória que não teria validade jurídica, mas para o formando seria interessante e gratificante recebe-la.

O Conselheiro Alvino considera que esta carteira atende a necessidade e pode ser identificada como carteira temporária.

Para o Conselheiro Sant'Ana a entrega de uma carteira sem validade jurídica, pode gerar problemas.

O Conselheiro Ednezer entende que mesmo não tendo valor jurídico, tem uma importância simbólica e considera ótima a iniciativa.

A Conselheira Núbia sugere chamar de cartão de pré-registro.

O Conselheiro Geraldo Ozio concorda com o Conselheiro Sant'Ana, entende que esta carteira pode gerar problemas e que deve ficar claro que é um cartão simbólico e não uma carteira profissional.

O Conselheiro Fischer comenta que representou o Conselho Pretérito em várias formaturas e testemunhou o desagrado dos formandos ao receberem apenas uma Carta de Boas Vindas, fato, inclusive, que contribuiu para a criação da carteira provisória daquele Conselho. Sugere que este cartão seja chamado de identificação de registro cadastral.

A Conselheira Rosana concorda com a entrega da carteira provisória.

A Conselheira Bernadete entende que o estudante que está se formando sente a necessidade de pertencer a algum Conselho.

O Presidente Py salienta que este tema será encaminhado a Comissão de Planejamento e Finanças do CAU/RS para análise quanto a valor e na próxima Plenária será encaminhado à aprovação.

O Conselheiro Fischer salienta que hoje é o dia nacional do urbanismo e é importante que esta data seja registrada.

O Conselheiro Alvino em nome da CPF-CAU/RS agradece a ajuda e o empenho da equipe de funcionários do Conselho para que a mudança para a sede própria ocorresse sem problemas.

O Presidente Py comenta que um grupo de funcionários trabalhou o final de semana inteiro para que na segunda-feira tudo estivesse pronto para funcionar.

Não havendo mais assuntos a serem abordados, o Presidente Py agradece a presença de todos e encerra a reunião às 16h26.

**Roberto Py Gomes da Silveira**

**Presidente do CAU/RS**